

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA**

Marcello Felipe de Jesus Múscari

A DUPLA CONSTRUÇÃO:

A resposta à aids e a regulação do religioso no '1º Seminário Aids e religião do Rio Grande do Sul'

Porto Alegre, Dezembro de 2011

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA**

Marcello Felipe de Jesus Múscari

A DUPLA CONSTRUÇÃO:

A resposta à aids e a regulação do religioso no '1º Seminário Aids e religião do Rio Grande do Sul'

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Sociais.

Orientador:
Prof. Dr. Emerson Giumbelli

Co-orientador:
Prof. Dr. Fernando Seffner

Porto Alegre, Dezembro de 2011

AGRADECIMENTOS

Muitas pessoas e instituições contribuíram com a minha formação e, direta ou indiretamente, com a elaboração do trabalho de conclusão de curso aqui apresentado. Agradeço portanto, primeiramente, aos professores do Departamento de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul que, nas sucessivas disciplinas cursadas, possibilitaram a construção das bases do que culminou nesta monografia. Agradeço especialmente aos professores Arlei Damo e Ari Pedro Oro por aceitarem compor a banca de avaliação deste trabalho. Pela infra-estrutura que, pelos últimos quatro anos, me propiciou um espaço para estudos e produção, agradeço ao Observatório Interdisciplinar de Direitos Humanos do Instituto Latino-Americano de Estudos Avançados da UFRGS; sem este apoio, tudo teria sido mais difícil.

Fundamental para os rumos que tomaram minha formação em antropologia foi a participação no projeto ‘Respostas Religiosas à Epidemia de HIV/Aids no Brasil’ (coordenado pela Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS – ABIA e financiado pelo U.S. National Institute of Child Health and Human Development), a partir do qual desenvolvi a pesquisa que aqui apresento. O projeto Respostas Religiosas me propiciou uma bolsa de iniciação científica ao longo de, pelo menos, três anos, bem como um ambiente intelectual riquíssimo, no qual pude me formar. Neste sentido, agradeço especialmente à convivência com Richard Parker, Veriano Terto Jr., Vera Paiva, Luís Felipe Rios, Ívia Maksud, Miguel Muñoz-Laboy, Jonathan Garcia e Fernando Seffner, coordenadores do projeto e que tão atenciosamente orientaram, discutiram idéias, textos e compartilharam prazerosos momentos de estudos e confraternização.

Agradeço especialmente ao professor Fernando Seffner, que diretamente me acompanhou e orientou neste percurso que terminou em boa amizade. Juntamente com ele, as colegas de pesquisa Luana Emil e Carolina Peres Terra foram fundamentais para o desenvolvimento das reflexões que apresento nesta monografia, e também por tornar os momentos de estudo e de campo bastante mais divertidos.

À Carolina, que mudou os significados.

Ao professor Emerson Giumbelli que, a partir de diversas posições, teve influência sobre o desenvolvimento deste trabalho, primeiramente como professor convidado pelo projeto Respostas Religiosas, e em seguida como coordenador dos grupos de trabalho que

receberam minhas apresentações em diversos congressos e, atualmente, como orientador cuidadoso e parceiro em interesses.

Agradeço aos amigos que, morando em Sorocaba, Campinas ou Porto Alegre, viveram comigo esta vida de ponte aérea e certamente não foram menos afetados por ela do que eu mesmo. Assim, Pedro, Dih, Léo, Luiza, Solh e Alexandre conseguem dar conta de personificar os grupos de pessoas que me acompanharam por esta trajetória e que, certamente de diversos modos, me ajudaram a concluir esta monografia. A vocês que recebem abraços firmes e que sabem que não tem seus nomes aqui por pura necessidade logística.

Agradeço a minha família que, mesmo a 1.090 km, segue presente. Mãe, Bru e Mê, obrigado pelo apoio, paciência, carinho... Sou muito feliz por construirmos nossas vidas juntos.

Não poderia deixar de ser grato às pessoas que moram comigo, estas sim, talvez mais do que quaisquer outros, sofreram com a produção deste trabalho, não fosse por elas, nos últimos dois meses eu viveria em uma casa aos avessos e talvez enfrentasse uma séria inanição.

Por fim, agradeço aos componentes do Grupo de Trabalho Aids e Religião que me receberam enquanto estudante e me formaram em um dos seus. Tudo o que foi desenvolvido aqui, e ainda o que esta por vir, não existiria sem esta experiência e convivência. Que nossos caminhos ainda se cruzem.

Obrigado à tod@s

RESUMO

Estudos pensando as relações que se dão entre Estado e religião, comumente seguem os trilhos dos estudos sobre laicidade pensando ingerências de uma destas esferas sobre a outra e, não raro, o fazem sob a ótica da denúncia. Na presente monografia o ponto de partida é outro, Estado e religião não são entendidos como âmbitos independentes e que vivem sob o constante risco de poluição pelo contato com o outro; no mundo, de fato, constroem-se mutuamente, inclusive nos pontos em que se pensam como estritamente distintos e independentes.

Desenvolvido no interior do projeto maior intitulado ‘Respostas Religiosas à Epidemia de HIV/Aids no Brasil’, o estudo aqui apresentado busca mostrar como: ao se construir a agenda nacional de combate à epidemia, também ocorre uma delimitação das fronteiras, estatutos e contornos do que se espera do religioso, especialmente no que se refere a sua inserção no espaço público e ao seu diálogo com órgãos do Estado.

Acionando para isto a noção de *regulação do religioso*, como desenvolvida por Emerson Giumbelli, procuro mostrar, a partir do estudo de caso desenvolvido sobre o processo de organização do ‘1º Seminário Aids e Religião do Rio Grande do Sul’, como que Estado e sociedade civil organizada em torno da luta contra a aids, visando construir uma mais efetiva resposta à epidemia, acaba por, neste processo, também delimitar o religioso em suas inserções no espaço público e mesmo criando novos elementos que vão ter repercussões internas ao que se poderia pensar anteriormente como campo religioso.

Epidemia de aids, construção de Estado e cenário religioso encontram-se assim profundamente imbricados e, para ampliarmos a compreensão sobre cada um, devemos não nos esquecer de pensar nas dinâmicas que os articulam e constroem.

Palavras-chave: resposta à aids, regulação do religioso, espaço público

CONVENÇÕES

A utilização de aspas duplas e grafia em itálico (“*isto já é muito pra minha cabeça*”) ao longo desta monografia ocorre quando são citadas falas de informantes assim como transcritas em diário de campo durante as reuniões do Grupo de Trabalho ou do ‘1º Seminário Aids e Religião – RS’.

Opto por grafar a palavra aids em letra minúscula ao longo de todo o texto, com exceção somente em nomes de instituições, de projetos e de eventos, que são reproduzidos como se mostram publicamente.

Nomes de projetos, de eventos e de partes de eventos tem seus nomes reproduzidos entre aspas simples (‘Repostas Religiosas à AIDS no Brasil’).

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
O GRUPO DE TRABALHO AIDS E RELIGIÃO.....	9
O TRABALHO DE CAMPO E A CRIAÇÃO DO CAMPO.....	10
1. LOCALIZAÇÕES TEÓRICAS E HISTÓRICAS.....	14
1.1. A REGULAÇÃO DO RELIGIOSO.....	14
1.2. AIDS NO BRASIL: A EPIDEMIA ENTENDIDA COMO UM FENÔMENO SOCIAL.....	16
2. O 1º SEMINÁRIO AIDS E RELIGIÃO DO RIO GRANDE DO SUL.....	20
2.1 A ORGANIZAÇÃO.....	20
2.2 O EVENTO.....	24
2.3 OS DESDOBRAMENTOS.....	31
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	35
REFERÊNCIAS.....	37
ANEXOS	
ANEXO A - Programação final do ‘1º Seminário Aids e Religião do Rio Grande do Sul’ como definida em 28/10/2008.....	39
ANEXO B - Carta elaborada ao final do ‘1º Seminário Aids e Religião do Rio Grande do Sul’.....	44

INTRODUÇÃO

Assim um dos participantes descreveu o ‘1º Seminário Aids e Religião do Rio Grande do Sul’ em sua fala durante a abertura daquele evento: “*primeiro passo de uma construção em conjunto das coisas da terra e do céu*”. Aos poucos esta descrição foi se configurando como o horizonte que deveria seguir durante a escrita da presente monografia. Como problematizar em um só texto a epidemia de aids, as estratégias governamentais de resposta a ela, e os reflexos destes dois pontos sobre o cenário religioso nacional? Eu precisaria evitar escrever três livros tratando isoladamente de cada uma destas questões, mas sim fazê-las convergir numa única narrativa a partir de um fio condutor. Este será o esforço.

O estudo aqui apresentado desde suas condições de produção, delimitação temática e suportes institucionais situa-se em algo como uma grande intersecção. Primeiro, foi desenvolvido como parte de um projeto de pesquisa e intervenção coordenado por uma ONG/aids em parceria com centros universitários, fato, por si, atípico para uma monografia de conclusão de curso; segundo, é resultado da minha participação simultânea no projeto ‘Respostas Religiosas à AIDS no Brasil’ e no projeto de estudos ‘Consolidando o pensamento sobre direitos humanos na perspectiva dos países do Sul’ em seu terceiro componente: Liberdades Laicas; e, por fim, como resultado desta confluência, a reflexão desenvolvida busca tratar das relações que se estabelecem entre a epidemia de HIV/aids, Estado, políticas públicas e religião. É em grande parte como consequência deste cenário que a presente monografia incide simultaneamente sobre dois universos: os estudos em antropologia da religião, mais especificamente, as relações entre Estado e religião; e as elaborações em busca de um mais efetivo combate à epidemia de HIV e aids. Como decorrência um tanto mais prática tem-se que, simultaneamente em que me inseri em um grupo de trabalho envolvendo representantes do poder público, da sociedade civil organizada em torno da luta contra aids e lideranças religiosas, buscando problematizar as relações que se dão entre Estado e religião, também estive diretamente implicado nos rumos que tomaram as discussões neste grupo e em seus resultados.

As reflexões aqui apresentadas tiveram seu desenvolvimento no âmbito do ‘campo Porto Alegre’ do projeto ‘Respostas Religiosas à AIDS no Brasil’¹, coordenado pela ONG

¹ Esta monografia analisa dados do projeto Respostas Religiosas ao HIV/AIDS no Brasil financiado pelo U.S. National Institute of Child Health and Human Development (1 R01 HD05118-01). Coordenador principal: Richard Parker (Columbia University) e realizado no Rio de Janeiro (coord. Veriano Terto Jr. /Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS); São Paulo (coord. Vera Paiva/USP); Porto Alegre (coord. Fernando

ABIA - Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS, em parceria com o Centro de Gênero e Saúde Sexual da Universidade de Columbia – NY. O projeto contou com financiamento do NIH - National Institute of Health e teve duração de 2005 a 2010. Idealizado como um projeto de pesquisa e intervenção, esteve estruturado em torno de cinco campos de investigação: Porto Alegre, Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo e Recife. Ao longo do seu desenvolvimento o projeto buscou analisar comparativamente como a religião católica, as religiões evangélicas (protestantes históricos e pentecostais) e as religiões afro-brasileiras têm respondido ao HIV/aids no Brasil, tanto no nível da vida religiosa dos fieis, quanto nos institucionais e políticos. Para isso, valeu-se de uma combinação de metodologias qualitativas e quantitativas buscando mapear como as religiões têm assimilado as questões que emergem com a epidemia de aids e também de que maneira as respostas de cada tradição religiosa têm interagido com a sociedade civil e com as agências do Estado Nação. Vale dizer que: ainda que a responsabilidade pelo desenvolvimento desde estudo específico tenha cabido a mim, as reflexões aqui apresentadas são resultado do trabalho coletivo da equipe de Porto Alegre do projeto Respostas Religiosas. Neste sentido, para a escrita deste texto pude contar também com os diários de campos de outros colegas do grupo, bem como com seus comentários e reflexões sobre os eventos narrados².

Paralelamente, como foi dito, participei do projeto de estudos intitulado ‘Consolidando o pensamento sobre direitos humanos na perspectiva dos países do Sul: ações e reflexões em torno de a) direitos sexuais; b) acesso a medicamentos e propriedade intelectual e c) liberdades laicas’, em seu terceiro componente: as liberdades laicas. Acompanhar os seminários e reuniões de estudo deste projeto pode ser indicado como grande responsável por me aproximar das problematizações acerca das interações entre Estado e grupos religiosos e, conseqüentemente, das inserções do religioso no espaço público.

É deste lugar que buscarei narrar a experiência do Grupo de Trabalho Aids e Religião do Rio Grande do Sul, mobilizado em 2008 em Porto Alegre para organizar o ‘1º Seminário Aids e Religião – RS’. O fio condutor que guiará esta narrativa será mostrar como

Seffner/UFRGS) e Recife (coord. Luiz Felipe Rios/UFPE). O conteúdo é de responsabilidade do autor e não representa a posição oficial do Eunice Kennedy Shriver National Institute of Child Health and Human Development ou do National Institutes of Health. Informações adicionais através do site www.abiaids.org.br (último acesso em 20 de novembro de 2011).

² Deixo aqui um agradecimento especial à Carolina Peres Terra e Luana Emil que, juntamente com o coordenador do campo, professor Fernando Seffner, me auxiliaram na construção das reflexões que aqui apresento. Para outros conteúdos desenvolvidos no âmbito do projeto ‘Respostas Religiosas à AIDS no Brasil’ ver Catalogo de Publicações Produzidas (2005-2010), disponível em <http://www.abiaids.org.br/img/media/Livreto%20Religi%C3%B5es%20completo.pdf> ultimo acesso em 04/12/2011.

simultaneamente em que se construía a resposta estadual e brasileira à epidemia de aids, ocorria também uma delimitação das fronteiras, estatutos e contornos do que se espera do religioso em suas relações com o poder público quando o assunto é aids e saúde e, mais amplamente, nas relações entre Estado e religiões.

Pensar em estatutos e contornos das relações entre Estado e grupos religiosos tem por base as noções de *dispositivos de regulação do religioso* e de *regimes de reconhecimento do religioso* desenvolvidas Giumbelli (2002), a partir das quais pensamos estas relações não a partir do conceito de *laicidade*, mas através de modalidades de relação entre Estado e religião (2002, p. 54). Segundo o mesmo autor, as análises dos regimes gerais que definem as “capacidades de intervenção do Estado brasileiro no campo religioso [...] [devem] deslocar-se para as disputas concretas que acontecem no interior de conjunturas sociais específicas” pois é neste nível, através da mobilização de dispositivos sociais variáveis, que esta relação se constrói (p. 284).

O GRUPO DE TRABALHO AIDS E RELIGIÃO - RS³

Foi como integrante do projeto Respostas Religiosas que, por volta de julho de 2008,⁴ tomei conhecimento do Grupo de Trabalho, que a Seção de controle das DSTs e da AIDS da Secretaria de Saúde do Estado⁵ organizava em Porto Alegre.

Mobilizado com o objetivo específico de organizar o ‘1º Seminário Aids e Religião do Rio Grande do Sul’, o Grupo de Trabalho aqui apresentado nasce como resposta ao incentivo feito pelo Departamento Nacional de DST, Aids e Hepatites Virais⁶ de que fossem reproduzidas regionalmente experiências de junção dos dois temas em pauta na forma de seminários e grupos de trabalho. Assim, o antecedente mais imediato dos eventos aqui apresentados se configura como o ‘1º Seminário Nacional de Aids e Religião’, realizado em 2006 na cidade de Brasília, ao qual estiveram presentes alguns dos atores que posteriormente viriam a compor o Grupo de Trabalho no Rio Grande do Sul.

O GT teve seu primeiro encontro por volta de abril de 2008, reuniu-se por onze vezes e culminou nos três dias de seminário ao final de outubro do mesmo ano. Considerando que

³ Também será referido ao longo do texto como GT, ou GT Aids e Religião.

⁴ A primeira reunião de que pude participar foi realizada em 12 de Agosto de 2008, sendo que outros componentes do grupo de pesquisa já haviam participado de uma reunião realizada no mês anterior.

⁵ Seção Estadual de Controle das DST e da AIDS da Secretaria de Saúde do Estado do Rio Grande do Sul. Será referida ao longo do texto somente como Seção Estadual ou como Seção de DST/AIDS. Órgão executivo da política estadual de atenção as DST/AIDS, proponente e financiador do seminário aqui analisado.

⁶ Será referido ao longo do texto somente como Departamento Nacional ou Departamento de DST/Aids.

meu contato com o grupo só se deu em meados de julho, os primeiros momentos do GT foram reconstruídos por mim através de entrevistas não diretivas de atenção flutuante (THIOLLENT, 1980) com alguns membros do grupo, por meio de conversas informais com os mesmos e levantamento de atas de reunião e outros materiais escritos.

O ‘campo Porto Alegre’ do projeto Respostas Religiosas já desenvolvia um estudo antropológico junto da ONG/aids Casa Fonte Colombo (EMIL; SEFFNER; STEIL, 2010), de orientação católica, quando a Seção Estadual de DST/AIDS iniciou a composição de um Grupo de Trabalho para organizar o ‘1º Seminário Aids e Religião do Rio Grande do Sul’. Os diretores da instituição católica, reconhecidos pela Seção Estadual como parceiros na luta contra a epidemia, foram os primeiros religiosos a serem chamados a compor o grupo e, por intermédio do estudo que já desenvolvíamos junto deles, fomos convidados também a participar do GT⁷.

O grupo foi pensado, nos termos como era referido durante as reuniões, como ecumênico ou inter-confessional e em seu início buscou entrar em contato com as treze matrizes religiosas que se conseguiu mapear no estado; contou também com a participação de alguns representantes da sociedade civil organizada em torno da luta contra a aids - Rede Nacional de Pessoas Vivendo com HIV/Aids e Fórum ONGs/AIDS RS -, de instâncias do poder público de luta contra a aids e de pesquisadores do projeto ‘Respostas Religiosas à AIDS no Brasil’. Participaram efetivamente do Grupo de Trabalho religiosos vinculados à matriz católica, à matriz africana, à matriz luterana IECLB⁸, à matriz budista e à matriz judaica.

O TRABALHO DE CAMPO E A CRIAÇÃO DO CAMPO

A primeira reunião GT de que pude participar foi realizada em uma sinagoga em 12 de Agosto de 2008. Foi a partir daquele dia que se iniciou a gradativa definição do meu status junto ao grupo. Se ora eu fui referido como estudante de antropologia da UFRGS⁹ interessado – como era dito genericamente durante os encontros do GT – pelas “respostas religiosas à aids” e, ora fui identificado à Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS, ONG de reconhecida trajetória na luta contra a epidemia, esta dupla vinculação que me era atribuída

⁷ O fato de nossa inserção como grupo de pesquisa ter se dado através do contato prévio com a ONG católica poderia ter suas conseqüências exploradas. Entretanto, por considerar que tal fato não teve significativas repercussões sobre os eventos e a problemática aqui apresentada, no presente texto opto por não incursionar sobre este ponto específico.

⁸ Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil.

⁹ Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

revelava mesmo um ponto central da minha proposta de tomar como universo de pesquisa a experiência do Grupo de Trabalho que ali se constituía. Se em um primeiro momento tentei sustentar uma posição junto ao GT que me permitisse desenvolver uma pesquisa etnográfica sem me envolver com os rumos que tomavam a organização do evento, esta posição logo se mostrou insustentável me ensinando, na prática, o significado de realizar uma observação participante. Ao ser convidado a compor o grupo esteve implícito que meu engajamento teria de ser maior que o de simples observador. Esta monografia é resultado de minha participação junto ao GT tanto como antropólogo em formação interessado em compreender as dinâmicas da relação entre Estado e grupos religiosos, como enquanto componente do Grupo de Trabalho com responsabilidades sobre seus rumos e resultados.

Um incômodo fundamental pairou por sobre a escrita desta monografia: a consciência de que talvez tenha de responder aos componentes do Grupo de Trabalho por que algumas críticas desenvolvidas aqui não foram feitas no momento em que poderiam alterar os rumos do evento; ou mesmo serei contestado com relação aos dados que apresento e interpretações que construo.

Aos modos de Geertz (1989), a prática do antropólogo é sempre de natureza interpretativa, entretanto, atualmente, poucos imaginariam conseguir acessar, nesta interpretação, a inteireza do pensamento nativo ou ele em si. Por outro lado, entendo meus trabalhos de campo e de escrita como mais do que uma interpretação, mas uma construção mesmo daquilo que ele buscou narrar. Os dados que articulo para construir esta monografia, longe de lograr esgotar a experiência descrita em sua integralidade, reflete fundamentalmente o modo geral como o evento se apresentou, se não publicamente, fundamentalmente a mim, enquanto pesquisador e participante do processo de organização. Neste sentido, inconsistências que por ventura possam ser percebidas ao longo do texto decorrem mesmo das dinâmicas do campo e refletem o tempo e trajetória do Grupo de Trabalho e do '1º Seminário Aids e Religião', entendidos como uma experiência que se construiu dia-a-dia, sem que se tivesse uma idéia certa de como o fazer ou aonde chegar.

O trabalho de campo e seu resultado textual aqui apresentado tem como particularidade o fato de construir não só o seu objeto, a partir da problematização de um acontecimento sob o prisma de uma perspectiva teórica, mas de criar, simultaneamente à sua realização, o próprio universo que analisa. A todo momento durante a pesquisa foi indispensável que eu assumisse parte ativa na organização do seminário proposto e que me engajasse integralmente neste processo. Sendo assim, uma série de eventos aqui narrados só existiram com a minha ativa participação para que eles ocorressem, criando uma espécie de

retro alimentação entre atividade do antropólogo trabalhando em nome de uma política pública e atividade do antropólogo enquanto pensador a partir de uma perspectiva teórica. Agora, enquanto antropólogo em formação e ator de algum reconhecimento no meio das políticas em torno de aids e religião no Rio Grande do Sul, posso dizer que a existência futura do campo que problematizo teoricamente esta relacionada, em alguma medida, ao meu engajamento militante no sentido de fortalecer junto ao poder público e do movimento de aids a pertinência das ações conectando os temas aids e religião.

Busquei nesta monografia desenvolver algo próximo da idéia de casos desdobrados historicamente assim como desenvolvida por Max Gluckman (1990), ainda que não pretenda me alinhar a alguns dos pressupostos teóricos mais básicos deste autor. Para ele cada caso é apenas um incidente num longo processo de relações sociais (p. 70) e

o uso mais fecundo que se pode fazer dos casos consiste em tomar uma série de incidentes específicos ligados às mesmas pessoas ou grupos [...] e demonstrar como esses incidentes, esses casos, se relacionam com o desenvolvimento e a mudança das relações sociais entre estas pessoas e grupos (p. 68).

Neste sentido, o esforço foi de reconstruir as linhas que articulam o evento específico objeto deste trabalho tanto aos movimentos mais gerais e de poder mais estruturante sobre o espaço público nacional, quanto às repercussões pontuais dele sobre o cenário religioso local. Acontecimentos que se pensados isoladamente poderiam parecer fortuitos, quando inseridos nos contextos em que se encontram e ligados às redes em que se articulam ganham uma nova dimensão e abrem todo um universo de questões a serem exploradas. O objetivo deste texto é, portanto, articular os eventos reais e cotidianos das políticas de aids às dinâmicas gerais que regulam as relações entre Estado e religião e, mais amplamente, entre religião e modernidade pelas implicações do tema sobre conceitos como laicidade, secularismo, religião e modernidade.

Assim, ao longo do capítulo ‘Localizações Teóricas e Históricas’ apresento, primeiramente, os conceitos e perspectivas analíticas que articulo para desenvolver a idéia de que, simultaneamente em que se constrói a resposta brasileira à epidemia de HIV/aids, também são definidos parâmetros para a inserção do religioso no espaço público e, mais amplamente, são criados novos elementos que acabam por incidir na conformação do campo religioso nacional. No sub-capítulo ‘aids no Brasil: a epidemia entendida como um fenômeno social’, apresento um breve panorama do que se reconhece como a resposta brasileira à

epidemia de HIV/aids, finalizando com a apresentação dos modos como esta acaba por se interessar por grupos e lideranças religiosas.

No capítulo ‘O 1º Seminário Aids e Religião do Rio Grande do Sul’ apresento, respectivamente em suas três subdivisões, os antecedentes do seminário e pontos relacionados à sua organização; o evento propriamente dito, incluindo pontuais referências às reuniões que o antecederam; e, por fim, os desdobramentos posteriores ao seminário e impactos dele sobre o cenário religioso. Neste capítulo toda a narrativa do evento e apresentação dos dados articulados segue no sentido de desenvolver a tese fundamental desta monografia, a saber, mostrar com se dá a regulação do religioso nas ações e políticas públicas que visam incidir sobre a epidemia de HIV e aids.

Por fim, concluo retomando alguns dos pontos apresentados ao longo do capítulo dois e encerro propondo uma questão que considero perpassar todo o desenvolvimento desta monografia e que segue em aberto aguardando futuros estudos.

1. LOCALIZAÇÕES TEÓRICAS E HISTÓRICAS

1.1. A REGULAÇÃO DO RELIGIOSO: POR UMA ANTROPOLOGIA DA RELAÇÃO ENTRE RELIGIÃO E MODERNIDADE

Tradicionalmente um estudo problematizando as relações que se estabelecem entre Estado e um certo número de religiões se desenvolveria a partir do paradigma da laicidade. Pensaríamos como um país, o Brasil no caso, fere seus próprios princípios de separação entre Estado e grupos religiosos, e como as instituições políticas do país cumprem ou não os requisitos desta separação. De fato, este estudo poderia assumir mesmo um caráter de denúncia das ingerências de certos grupos religiosos sobre um universo público ou político. Um estudo neste sentido teria como sustentação aquilo que se pode chamar *tese da secularização*, perspectiva fundamental para as reflexões sobre religião e modernidade desde a década de sessenta, segundo a qual o mundo experimentaria um crescente retraimento do religioso ao âmbito privado, e uma simultânea compartimentalização e autonomização de esferas com relação ao religioso. Emergiria assim um mercado, uma política, um espaço público independentes de referências religiosas e a formalização dos ideais de laicidade seria somente a afirmação jurídica desta diferenciação. A partir deste referencial seria mesmo interdito às religiões qualquer tentativa de incidência sobre estes – agora outros – universos.

É na década de oitenta que esta leitura sobre a existência da religião na modernidade começa a ser confrontada por fatos ao redor do mundo, e os termos da tese da secularização começam a ganhar especificações ou mesmo ressalvas (GIUMBELLI, 2009). Neste momento, dado um aparente “retorno do religioso”, distingue-se na literatura sobre secularização noções como “vitalidade religiosa” e “significância social da religião”. Eventos como a revolução iraniana, o papel político da Teologia da Libertação na América Latina, a Nova Direita Cristã nos Estados Unidos e a ascensão do Solidariedade na Polônia são vistos por Casanova como expressões de uma “desprivatização do religioso” (1994, apud GIUMBELLI, 2009). Mais recentemente, o próprio evento de “11 de setembro” e seus desdobramentos mostram a centralidade de questões religiosas e sua estreita relação com a alta modernidade ocidental e seus arranjos geopolíticos (GIUMBELLI, 2009).

Ainda outras posições e elaborações sobre a tese da secularização poderiam ser aqui apresentadas, mas, para os fins deste trabalho, basta termos esta problemática como pano de fundo. É a partir desta constatação sobre a dificuldade de se sustentar sem muitas ressalvas a

tese da secularização que se tem pensado ela própria, e o lugar que confere à religião, como objeto de pesquisa antropológica, e não mais como referencial analítico. A proposta passa a ser problematizar justamente a existência de uma definição moderna do religioso (GIUMBELLI, 2002) “que passa pela idéia de que a religião possa constituir uma esfera específica da realidade, em correspondência com o princípio da diferenciação societária” (GIUMBELLI, 2009). O mesmo autor continua:

[...] a modernidade não apenas conferiu um sentido próprio à religião, como *precisava* traçar uma definição do religioso. Lembra-se que a “liberdade religiosa” é um valor instaurado na modernidade; mas deve-se notar que essa “liberdade” atribuída à “religião” foi concebida como algo relativo. Afinal, a “religião” estaria circunscrita a um domínio delineado em relação a outros domínios e a liberdade só valeria se não deixasse de respeitar essas fronteiras sociais, inclusive aquela que afirmaria a autonomia do Estado (2009).

É sobre esta base que se propõem um novo referencial para pensar as relações entre religião e modernidade de modo a abrir o leque de uma análise estritamente sobre o avanço ou recuo do religioso, ou sobre gradações de uma ingerência do religioso sobre outras esferas, para compreender, mais amplamente, as modalidades de presença e formas de reconhecimentos do religioso no universo dos Estados Nacionais e, mais especificamente, nos seus ditos espaços públicos. O foco se lança, pois, sobre os chamados *dispositivos de regulação do religioso*, ou seja, sobre os diversos planos e ações que têm como efeito, deliberado ou não, delimitar o lugar do religioso na vida pública do país.

Apresentando brevemente a tese do livro “O fim da religião” (GIUMBELLI, 2002) podemos dizer que no Brasil apesar da ampla liberdade que o religioso possuiu, em grande parte em decorrência da indeterminação jurídica do que caracterizaria estas instituições,

a ausência de um estatuto próprio e de validade geral para qualificar tais associações faz com que movimentos de regulação se desenvolvam sem necessariamente tocar no regime geral que define as capacidades de intervenção do estado brasileiro no campo religioso” (p. 283-284).

É nesta discussão que opto por situar a minha problematização sobre o Grupo de Trabalho Aids e Religião do Rio Grande do Sul e o seminário em que ele resultou. Nesta perspectiva, mais do que simplesmente agir no sentido de construir uma resposta pública mais efetiva a epidemia de HIV/aids, as políticas que pensam e incidem sobre a epidemia também contribuem para estabelecer um contorno do que se espera do religioso no país. Para compreender os arranjos que se dão entre modernidade e religião no Brasil e as construções feitas sobre a própria noção de religião, deslocamo-nos “para as disputas concretas que acontecem no interior de conjunturas sociais específicas” pois é neste nível, através da mobilização de dispositivos sociais variáveis, que esta relação se constrói (p. 284).

1.2. AIDS NO BRASIL: LEITURA SOCIAL DE UMA EPIDEMIA.

Pensar a trajetória da epidemia de HIV/aids bem como de seu combate leva-nos a perceber os diversos momentos que caracterizaram o avanço da epidemia no Brasil. Esta história que começou a ser narrada, segundo Marques (2002), por Parker e Galvão, remete-nos à década de 1970, quando estão "presentes os aspectos políticos, sociais, e culturais nos quais a doença se inseriu e foi construída" (p. 49). É neste período caracterizado pela mesma autora como pré-história da aids no Brasil que estão ancoradas bases das políticas de combate a aids no país. Segundo Parker

a resposta inicial à AIDS, de 1982 a 1985, só pode ser entendida completamente dentro do contexto do período de abertura, com a eleição de forças progressistas de oposição, abertas ao diálogo e dispostas a responder às preocupações da sociedade civil, no nível estadual, e com a continuidade do regime militar, com sua mentalidade fundamentalmente autoritária, no nível federal (1997, p. 11-12).

Neste contexto, nos anos 1981-1982 ainda não havia no Brasil nenhuma tentativa organizada de resposta à aids, e a enfermidade ganhou publicidade através de termos como "câncer gay" e "praga gay" difundidos pela mídia, única fonte de informação sobre a nascente epidemia. Tal característica fez com que autores como Carrara e Moraes entendessem a aids no período como um "mal de folhetim", visto que toda informação provinha da mídia, principalmente de jornais e revistas, antes mesmo que os primeiros casos da doença tivessem sido notificados no país (1985, apud GALVÃO, 2000). Galvão avança assim em considerar a mídia como promotora da primeira resposta a aids no Brasil e, na época, a única a difundir informações em escala nacional.

Em 1983 foi criado o primeiro programa governamental de aids vinculado a Secretária de Saúde do estado de São Paulo e, desde então, aquele estado tem sido apontado como o pioneiro na maior parte das ações incidindo sobre a epidemia, sejam elas promovidas pelo poder público, sejam por organizações da sociedade civil. Segundo Terto Jr. Foram grupos gays paulistas como Outra Coisa e Somos os responsáveis pelas primeiras ações partindo da sociedade civil no sentido de responder à epidemia, isto em 1983 através de panfletos com as poucas informações disponíveis sobre a doença e as formas de prevenção (1995, apud GALVÃO 2000).

Nacionalmente, foi em maio de 1985 que, através da portaria 236¹⁰, foi fundada a Divisão Nacional de Controle à AIDS, junto ao Ministério da Saúde, porém suas ações efetivas iniciaram somente dois anos depois de sua criação (GALVÃO, 2000, p. 53). Em 1987, na trilha da VIII Conferência Nacional de Saúde na qual foram dados os primeiros passos em direção ao Sistema Único de Saúde, a

Divisão de Nacional de Controle à AIDS ressaltava: A política de saúde, proposta pela 8ª Conferência Nacional de Saúde, prevê a unificação do sistema, bem como estadualização e municipalização dos serviços, universalização do atendimento, partindo do princípio de que a saúde é um dever do Estado e direito do cidadão., e manifestava: É neste contexto geral que a Divisão vai procurar trabalhar as ações preventivas e controle da infecção pelo HIV. (Ministério da Saúde, 1987, p. 8, apud MARQUES, 2002, p. 54)

Ainda em 1985, também em São Paulo, foi criado o GAPA – Grupo de Apoio à Prevenção à AIDS, considerada a primeira ONG/aids brasileira. No ano seguinte, no Rio de Janeiro, foi fundada a ABIA – Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS, primeira entidade brasileira fundada e presidida por uma pessoa assumidamente soropositiva: Herbert de Souza, o Betinho; e em 1989, na mesma cidade, foi criado o primeiro grupo Pela VIDDA – Valorização, Integração e Dignidade do Doente de AIDS, formado basicamente por pessoas soropositivas (GALVÃO, 2000, p. 61). É este período que a autora denomina como “anos heróicos”, devido a emergência de entidades voltadas às dimensões sociais da epidemia como a luta contra o preconceito e a discriminação em torno da aids e da população gay, apontada como vetor, culpados, ou vítimas do nova doença.

É basicamente a partir de 2001 com a ‘Sessão Especial da Assembléia Geral das Nações Unidas sobre o HIV AIDS’ que se começa a atentar especificamente aos fatores religiosos como importantes para se pensar as ações em aids¹¹. Entretanto, antes disso já podiam ser vistas manifestações de religiosos no tocante às temáticas envolvendo a epidemia, ou mesmo ações de colaboração e parceria envolvendo grupos religiosos e órgãos responsáveis pelas políticas públicas. Data 1985 o primeiro artigo de grande repercussão sobre aids escrito por uma pessoa importante de dentro da hierarquia católica. Em seu texto publicado no *jornal do Brasil*, Dom Eugênio de Araujo Salles, Cardeal Arcebispo do Rio de

¹⁰ Portaria no 236 de 2 de maio de 1985, publicada no Diário Oficial da União, Seção I. Segunda-feira, 6 de maio de 1985, p. 6856, assinada pelo ministro da Saúde, Carlos Corrêa de Meneses Sant’Anna (apud MARQUES, 2002).

¹¹ A Declaração de Compromisso assinada pelos países membro das Nações Unidas ao final desta Sessão encontra-se disponível em http://www.aids.gov.br/sites/default/files/Declaracao_de_Compromissos_UNGASS.pdf, último acesso em 20 de novembro de 2011).

Janeiro, aponta a “AIDS como uma punição e castigo divino, um revide da natureza contra as inversões que estavam acontecendo no campo da sexualidade” (GALVÃO, 2000, p. 56). Contrapondo o posicionamento reativo do cardeal católico temos, vinculados a grupos religiosos, a fundação do Centro de Convivência Infantil Filhos de Oxum, em São Paulo em 1987, atendendo crianças soropositivas e cujo dirigente é um pai de santo; a Aliança Pela Vida – ALIVI, fundada em 1988 e de inspiração católica, orientada para o atendimento de adultos soropositivos; o projeto ARCA – Apoio Religioso Contra a AIDS, de 1987, promovido pelo Instituto de Estudos da Religião¹², e que buscava sensibilizar diferentes tradições religiosas para o enfrentamento da epidemia; e no mesmo ano, o Projeto Esperança, ligado à Arquidiocese de São Paulo, mesclando atendimento jurídico, apoio religioso e distribuição de cestas básicas a soropositivos.

Por estes exemplos podemos perceber, já naqueles primeiros anos de consolidação de uma resposta nacional à epidemia, a complexidade do cenário que emergiu com chegada da aids no Brasil. Seguramente nos últimos dez anos são visíveis as estratégias de colaboração entre organizações religiosas e políticas públicas de AIDS, resultado de movimentos que envolvem atores destes dois campos (o Estado e as religiões). Por vezes, é a instituição religiosa que se aproxima do agente estatal e se propõe a realizar tal ou qual ação. Por vezes, é o agente estatal que chama as instituições religiosas à colaboração. Estas modalidades de cooperação podem envolver financiamento público às ações das instituições religiosas, enquadrando estas instituições nos mesmos mecanismos de repasse de verba que tradicionalmente as políticas públicas de aids no Brasil têm utilizado para remunerar o trabalho das ONGs. As instituições religiosas são percebidas por agentes estatais vinculados às políticas de aids como parceiras privilegiadas para atingir populações específicas e grupos vulneráveis ao HIV, também na mesma ótica com que os programas de aids buscam ONGs ligadas à prostitutas, usuários de drogas injetáveis, homens homossexuais, travestis, caminhoneiros, etc., financiando estas organizações para a realização de programas de prevenção e apoio que resultam mais eficazes, uma vez que adotam a metodologia da educação entre os pares. Os regimes de colaboração entre instituições religiosas e políticas públicas de aids ser entendidos dentro deste contexto de longo alcance na resposta brasileira ao HIV, em que a participação da sociedade civil organizada sempre foi forte, trazendo uma

¹² O Instituto de Estudos da Religião – ISER é instituição de referência em ações de pesquisa e intervenção em temáticas diversas que girem em torno de questões envolvendo religião. Ao longo dos seus quarenta anos atuou também em temas como cidadania, meio ambiente, direitos humanos, segurança pública e aids. Atualmente é responsável pela edição da revista *Religião e Sociedade*, referência para os estudos de Ciências Sociais da religião.

marca que distingue a luta contra a aids no Brasil daquela levada a cabo em outros países, com importantes implicações para o quadro dos direitos humanos no que se refere às populações atingidas pela epidemia.

Entendo também a diversidade das recepções deste novo mal pela sociedade brasileira e a profusão de posicionamentos em torno na epidemia de aids como representativo da perspectiva assumida por Rosemberg segundo a qual, “uma epidemia, entendida como fenômeno social mobiliza comunidades a revelar comportamentos que incorporam e reafirmam valores sociais e modos de compreensão do evento” (1995, apud Marques, 2002). Considero, ainda, especialmente pertinente ao caso da epidemia de HIV/aids a elaboração de Edlaine Gomes *et al.* quanto ao fato de que “as transformações que ocorrem na sociedade, a pluralização de estilos de vida e o crescimento de novas demandas na sociedade civil ascendem posicionamentos de atores pertencentes a instituições religiosas” e, continua, “criam-se assim novos embates, resistências e núcleos de discussão, envolvendo disputas no espaço público”(2009, p. 15). É justamente esta diversidade de discursos e modos de entendimento em torno da epidemia que leva Paula Treichler a pensar a aids como uma “epidemia de significações” (1989).

2. O '1º SEMINÁRIO AIDS E RELIGIÃO DO RIO GRANDE DO SUL

2.1. A ORGANIZAÇÃO

O antecedente mais imediato do '1º Seminário Aids e Religião do Rio Grande do Sul' pode ser apontado como o '1º Seminário Nacional de Aids e Religião' realizado em 2006 na cidade de Brasília pelo então Programa Nacional de DST e Aids. O evento de dois anos antes reuniu na capital do país representantes de programas estaduais de DST/aids; representantes da sociedade civil organizada, como ONGs/aids e a Rede Nacional de Pessoas Vivendo com HIV/Aids (RNP+); intelectuais e personalidades de reconhecida trajetória na luta contra a epidemia. Daqueles que vieram a compor posteriormente o Grupo de Trabalho no Rio Grande do Sul estavam presentes: representantes da Seção Estadual de DST/Aids, representantes das ONGs/aids e RNP+, representantes da Pastoral de DST/AIDS da Comissão Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), e representantes da ONG/aids Casa Fonte Colombo, idealizada e dirigida por freis menores Capuchinhos, também vinculados a hierarquia católica. A repercussão deste primeiro evento sobre o aqui analisado consiste no fato de que nele foi firmado, pelos representantes do poder público estadual, o compromisso de realizar regionalmente um encontro envolvendo os mesmos temas, seguindo as orientações da carta final do encontro.

Dois anos depois, a Seção Estadual com o objetivo de organizar o primeiro Seminário inicia a composição do que veio a se tornar o Grupo de Trabalho Aids e Religião do Rio Grande do Sul. Imaginando que este processo deveria contar com o suporte e participação dos religiosos – principal público alvo do evento -, o primeiro passo dado foi convidar representantes de todas as matrizes religiosas¹³ que se conseguiu “mapear” no estado. Pode-se dizer que a Seção Estadual se valeu de modos bem diversos para acessar aqueles que viriam a ser os representantes de cada religião junto ao grupo. A matriz católica foi a primeira convidada a compor o GT por ser, segundo a fala corrente, a única já reconhecida previamente como parceira na luta contra a epidemia. A matriz africana foi acessada por intermédio do CODENE/RS - Conselho Estadual de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra no Rio Grande do Sul, que indicou duas associações

¹³ Matriz religiosa foi o termo corrente entre os componentes do GT para se referir às religiões ali presentes. Aqui reproduzo a noção na condição de categoria êmica.

para compor o grupo: a ASSOBECATY – Associação Beneficente Cultural Africana Templo de Yemanjá, e o CEDRAB – Centro em Defesa das Religiões Afro-brasileiras. Com a matriz espírita o contato foi feito através da Federação Espírita do Rio Grande do Sul. Os budistas foram lembrados pela médica que coordena o programa de AIDS do município de Viamão, onde eles possuem três templos conhecidos, e que eram conhecidos dela. A matriz indígena foi contatada por meio da FUNAI. A judaica foi lembrada por outra funcionária, ela própria membro desta denominação religiosa, e ficou então representada pela União Israelita de Porto alegre. A matriz luterana esteve representada pela IECLB – Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, em boa parte porque há uma ONG/aids no município de São Leopoldo que mantém relações próximas com esta igreja. Nesta fase de estruturação do Grupo de Trabalho, foi consenso que também membros de ONGs/aids do Rio Grande do Sul deveriam estar presentes. Foram então convidados um representante do Fórum de ONGs/aids do Rio Grande do Sul, e um representante da Rede Nacional de Pessoas Vivendo com AIDS. Também houve consenso de que alguns gestores de saúde deveriam participar, para além dos funcionários da própria Seção Estadual de DST/Aids. Desta forma, uma médica que gere um programa municipal de DST/aids e que também pertence ao grupo de médicos do estado que auxilia na avaliação e formulação de políticas integrou o grupo. Por fim, nós próprios, membros do projeto Respostas Religiosas, fomos convidados a participar na condição de observadores, mas que logo se transformou em colaboradores.

A partir do entendimento de que os pontos de vista das diversas matrizes religiosas deveriam contribuir com a organização do evento e delimitação da sua pauta, o Grupo de Trabalho buscou a todo momento trazer novos participantes de religiões ainda não acessadas. Este ideal foi marcado em todos os encontros através da apresentação pessoal dos componentes do grupo ao início de cada sessão, sendo que raramente havia alguém novo a ser realmente apresentado aos demais.

Ainda que nas programações provisórias estivessem previstas treze matrizes religiosas, o grupo estabilizou-se com a participação de um número bem menor do que este. Estiveram presentes a pelo menos uma reunião do GT as matrizes: indígena, budista, católica, africana, judaica, espírita e luterana; e, destas, a matriz espírita e a indígena tiveram uma participação quase nula¹⁴. Somente a matriz católica participou de todas as reuniões, ora através de uma representante da ONG/aids Casa Fonte Colombo, ora de um representante da Pastoral da

¹⁴ A matriz espírita compareceu somente aos três primeiros encontros e a matriz indígena a somente um, às vésperas já da realização do evento, através de um indígena funcionário da FUNAI.

AIDS

Em junho de 2008 a equipe de Porto Alegre do projeto Respostas Religiosas, além de outros estudos, etnografava a Casa Fonte Colombo analisando esta resposta específica da religião católica à epidemia de HIV. Foi a partir desta relação de pesquisa que viemos a saber do GT que se estruturava e fomos convidados a participar da organização do Seminário Aids e Religião.

As reuniões do grupo aconteciam sempre em dias úteis, geralmente no período da manhã e mobilizavam em média onze pessoas. Após as apresentações de todos os participantes coordenadas pela representante da Seção Estadual seguia-se um breve resumo do atual estágio de organização do seminário, bem como uma proposta de pauta para o dia. Esta retomada era feita pela mesma funcionária, sendo ela sempre auxiliada pela representante da Casa Fonte Colombo que mantinha rigorosas anotações de todas as reuniões. Devido a estas mesmas anotações, a representante católica assumiu informal e gradativamente a função de fazer circular via e-mail relatos detalhados de todos os encontros, incluindo temas debatidos e encaminhamentos; estes relatos eram enviados a uma “lista de e-mails” envolvendo todos que chegaram a participar de pelo menos uma reunião, partiam de um e-mail institucional da “secretaria Casa Fonte Colombo”, iniciavam com a saudação “paz e bem!” e vinham escritos sobre um fundo com os dados, símbolos e dizeres da instituição religiosa.

Ao longo das reuniões do grupo foi se delimitando quais os temas deveriam ser abordados no seminário, qual o caráter se esperava que ele assumisse, de quais metodologias seria composto e quais os nomes indicados dos palestrantes e assuntos que a serem desenvolvidos em suas falas. Em uma das reuniões ficou definido que elas deveriam ser itinerantes por locais disponibilizados por cada um dos representantes religiosos ali presentes; e que cada uma das treze matrizes disporia de quinze vagas no evento, a serem distribuídas pelos respectivos representantes componentes do GT. Foram realizadas reuniões, assim distribuídas cronologicamente, na sede da Casa Fonte Colombo, no terreiro de uma das mães de santo que compunha o grupo, na sede da IECLB, na sede da União Israelita de Porto Alegre, e no Centro de Estudos Budistas Bodisatva.

O grupo acabou por decidir que o evento deveria ser primordialmente ecumênico, considerando que espaços para embates inter-religiosos e entre religiosos e militantes em aids já existem suficientemente e não costumam contribuir para o enfrentamento da epidemia. A idéia era que o Seminário teria por objetivo promover o diálogo em dois níveis: (1) entre as políticas públicas de aids e as possíveis inserções religiosas sobre o tema; e (2) das matrizes religiosas entre si, buscando (re)pensar seus posicionamentos frente a epidemia. Assim,

buscou-se construir uma pauta que fugisse de temas polêmicos¹⁵ e enfatizasse as contribuições e parcerias que os religiosos poderiam ter para participar ativamente da luta contra o HIV/aids. Ao final, o seminário foi estruturado em quatro eixos: 1) Práticas bem-sucedidas em ações de prevenção e assistência (HIV/Aids); 2) A importância da formação de multiplicadores entre as pessoas vinculadas às diferentes matrizes; 3) A elaboração e distribuição de material informativo que, fornecendo informações corretas sobre HIV/Aids, contemple as peculiaridades de cada matriz religiosa; 4) A implementação de redes de solidariedade voltadas para as pessoas que vivem com HIV/Aids (PVHA) pelas matrizes religiosas¹⁶.

Estavam previstas para o seminário 250 pessoas e estima-se que mais de trezentas compareceram ao evento sem que, no entanto, todas tenham se cadastrado. Todos os participantes inscritos tiveram almoço e jantar garantidos pelo contrato feito entre a Secretaria de Saúde do Estado e o Hotel que sediará o evento, bem como os participantes de fora da região metropolitana de Porto Alegre puderam hospedar-se no mesmo local tendo suas despesas pagas através do mesmo contrato. Para que estes cadastros pudessem ser feitos no tempo demandado pelo hotel e pela Secretaria de Saúde, foi exigido dos representantes religiosos que as inscrições dos seus quinze participantes fossem feitas com dez dias de antecedência com relação ao evento. Frente a dificuldade encontrada pelas matrizes indígena e africana em fazer seus componentes preencherem e enviarem antecipadamente por e-mail as fichas de cadastramento, foi permitido a estas matrizes a realização das suas inscrições ao início do seminário, contanto que ao menos os nomes de todos os participantes fossem enviados no prazo oferecido às demais. Era o fato de todo o processo de inscrições estar sendo realizado via email o que era apontado, fundamentalmente por estes dois grupos, como responsável pela baixíssima adesão ao evento já a poucos dias de seu início. Vale notar que mesmo uma das mães de santo que compôs o GT não possuía um endereço de email até aquele momento, tendo de ser auxiliada por uma de suas filhas de santo para acompanhar as discussões do grupo.

¹⁵ Como, por exemplo, a condenação do uso da camisinha pelo Papa, e a promoção da cura pela fé por parte de alguns segmentos evangélicos.

¹⁶ Conforme a programação final do encontro definida em 28/10/2008. Vide anexo.

2.2. O EVENTO

Planejado para se distribuir por cinco turnos durante os dias 29, 30 e 31 de Outubro de 2008, o ‘1º Seminário Aids e Religião – Em busca de um diálogo no campo religioso para o enfrentamento da epidemia de Aids no RS’, contou com a participação de 95 religiosos que se cadastraram no evento segundo a seguinte distribuição: 23 pessoas da matriz africana; 34 da matriz católica; 2 lideranças indígenas Kaingang; 1 lideranças indígenas Guarani; 4 da matriz anglicana; 1 da matriz budista; 2 da matriz cristã; 4 da matriz espírita; 4 da matriz evangélica; 3 da matriz evangélica Assembléia de Deus; 2 da matriz Igreja do Evangelho Quadrangular; 3 da matriz judaica; 10 da matriz luterana IECLB; 2 matriz Universal do Reino de Deus.

Atentar para a diversidade dos termos utilizados pelos participantes para se identificarem em suas inscrições no evento direciona nosso olhar para a adequação da noção de matriz religiosa para designar e delimitar o pertencimento os sujeitos ali presentes. Das matrizes que acabaram surgindo nas fichas de inscrição no evento, não estavam previstas pela organização e, portanto, não foram consideradas no momento da distribuição das vagas para o seminário, as matrizes: “Universal do Reino de Deus”, “Igreja do Evangelho Quadrangular” e “Evangélica Assembléia de Deus”. Temos ainda que a matriz prevista como “matriz religiosa indígena” acabou se diluindo, pela auto-declaração dos participantes, em “liderança indígena Guarani” e “liderança indígena Kaingang”, apagando completamente a vinculação daqueles participantes com alguma matriz religiosa.

O modo como foi operada ao longo do processo a categoria matriz religiosa para descrever os grupos que se pretendia acessar parece indicar a operacionalização de um conceito de religião muito próximo da leitura de senso comum sobre o cenário brasileiro nacional. Trabalha-se com a idéia de “evangélicos num geral”, sem atentar para o fato de que, se a organização tivesse sido rigorosa com a distribuição das quinze vagas por matriz religiosa prevista, internamente a esta matriz estariam agrupados segmentos do universo religioso que se reconhecem como distintos e, muitas vezes, rivais. O mesmo ocorreu com a matriz africana que reuniu, ainda que isto tenha sido aceito mais facilmente por estes religiosos, grupos que se identificam religiosa ou politicamente como distintos.

No caso da matriz indígena o problema ainda é outro, a política pública neste caso pareceu operar segundo uma idéia de que todos tem religião, inclusive “os indígenas”, estes outros exóticos e homogêneos. Aqueles que se apresentaram em nome deste grupo fizeram

então um esforço específico de não se construírem enquanto matriz religiosa, mas sim como liderança de um grupo étnico. Religião aqui se aproxima, um pouco também como ocorre com as religiões afro brasileiras, da noção de cultura, de especificidade intrínseca a um grupo.

Seria o caso de lembrarmos, como faz Otávio Velho (2007), de “que a religião pensada como uma arena institucional diferenciada data do século XVII” (p. 292) e que “o modelo do cristianismo impõe-se mesmo quando é para marcar contrastes” (p. 294). A política pública buscou então a todo momento encontrar “instituições-igreja”, com estruturas bem definidas e representantes facilmente mapeáveis, sendo que quando não encontrava este cenário se via frente a dificuldade de ter de manter diálogo com um mundo que lhe parece estranho, desordenado; por diversas vezes as disputas políticas internas ao campo afro-brasileiro foi apontado como forte empecilho ao diálogo eficiente com as políticas públicas, crítica que desconsidera as dinâmicas próprias a este segmento.

Outro ponto que pode ser visto como sintomático desta indefinição da idéia de religião foi quando durante uma das reuniões se propôs que fossem convidados Hare-Krishnas ou membros da Seicho-No-Ie para o Grupo de Trabalho, ao que se seguiu uma breve discussão sobre se estes grupos se configurariam ou não como religiões. Se restam dúvidas sobre o caráter religioso do segundo, basta uma rápida olhada na descrição apresentada em seu site¹⁷ para vermos que o grupo se entende, sim, como religioso e, quanto aos Hare-Krishnas, me parece muito difícil qualquer tentativa de negar-lhes a identificação enquanto religião. Ainda assim, a resposta da representante da Seção Estadual à proposta de inclusão destes grupos foi categórica: *“isto já é muito pra minha cabeça”*. Por detrás desta fala percebemos algo como um ciclo vicioso em que o poder público dialoga com as religiões já detentoras de legitimidade na vida pública do país, enquanto que os demais grupos que se pretendem religiosos não logram serem reconhecidos publicamente uma vez que são negados pelas políticas estatais.

Recebidos por representantes do Departamento Estadual das Ações em Saúde e do Departamento Nacional de DST/Aids, durante a solenidade de abertura do evento marcada para as dezenove horas daquele primeiro dia, os representantes das matrizes religiosas disporiam cada uma de três minutos para falar aos participantes. Assim, ocuparam a mesa

¹⁷ Seicho-No-Ie do Brasil <http://www.sni.org.br/> Último acesso em 30/11/2008.

para este momento: dois representantes da matriz africana, a matriz anglicana, a matriz luterana, a liderança indígena Kaingang, a matriz católica, a matriz budista, e a matriz espírita. Além destes, compunha a mesa de apresentações também um representante da Rede Nacional de Pessoas Vivendo com HIV/Aids.

“O primeiro passo de uma construção em conjunto das coisas da terra e do céu”

Assim o Representante da RNP+RS descreveu a experiência que ali ganhava forma. Aos poucos em suas falas de saudação os religiosos e representantes do Estado apresentavam o que esperavam e pensavam sobre aquele evento que ajudavam a construir. Com todas as falas recheadas de referências às diversas tradições religiosas ali presentes, neste primeiro momento pôde-se começar a perceber aquilo que ficaria mais obvio durante as apresentações das mesas “visões das diferentes matrizes religiosas frente a Aids”: aqueles sujeitos e instituições que se propunham a pensar juntos a reposta à epidemia possuíam objetivos e atribuíam importâncias distintas àquele mesmo evento.

Após as saudações, Veriano Terto Jr. da Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS realizou uma conferência que teve como foco a apresentação de um panorama histórico da epidemia no Brasil e o desenvolvimento das ações de combate ao seu avanço. Representativo da complexidade da interconexão entre os temas propostos pelo seminário, o palestrante solicitou junto a organização que sua fala não versasse sobre “a espiritualidade frente à epidemia de HIV/Aids e a integralidade no cuidado”, título da conferência previsto na programação do evento, mas abordasse o combate à epidemia de maneira mais ampla. Segundo ele, estaria além das suas capacidades realizar uma fala tão pontual e sobre tema tão controverso.

O segundo turno do seminário foi marcado por apresentações de epidemiologistas com o título “Aids hoje”, e por mesas chamadas “Visões das diferentes matrizes religiosas frente a Aids”. A proposta era que os indicados de cada matriz disporiam de quinze minutos para uma breve apresentação sobre o tema a partir da sua perspectiva religiosa. Neste momento falaram ao público, duas lideranças indígenas (Guarani e kaingang), um pastor luterano, um frei católico, uma filha-de-santo e um monge budista.

Como um dos momentos centrais do seminário, destas mesas precisam ser destacados alguns pontos. Ao se observar os religiosos lado a lado apresentando ao público as visões das suas matrizes frente à aids, o que emerge imediatamente é a diversidade de formas e tópicos que estas religiões mobilizam para falar sobre o tema e, conseqüentemente, a diversidade de

posturas que alas assumem frente ao Estado no que se refere a suas inserções na luta contra a epidemia. A preocupação central do pastor luterano em sua fala era com a construção de uma religião cada vez melhor, mais humana e cada vez mais capacitada para acolher os necessitados e responder aos problemas do mundo. As lideranças indígenas chamaram a atenção para a diversidade de etnias existentes no Brasil e para a necessidade de informações sobre aids que contemple as particularidades lingüísticas e culturais de cada grupo. O frei que se apresentou em nome da matriz católica assumiu como foco de sua fala a importância de as religiões assumirem parte ativa na luta contra a epidemia e colocou-se assim como parceiro potencial das políticas públicas para a realização de ações em aids. O monge budista trouxe às apresentações um tópico até então não ocupado por nenhuma fala. Para ele, as religiões podem contribuir para a elaboração de políticas públicas mais eficientes através de seus conhecimentos milenares sobre o *ser humano*. Mais do que parceiras para a realização de tarefas, as religiões guardam conhecimentos que, se incorporados às políticas de saúde poderiam redundar em melhores resultados.

A única matriz que extrapolou consideravelmente o tempo de sua apresentação foi a africana. Sua fala que deveria durar quinze minutos extrapolou esta marca em meia hora e aquela filha-de-santo – mulher, negra – enfatizava, fundamentalmente, a condição marginal do seu segmento étnico e a repercussão desta marginalidade integral na conformação de uma vulnerabilidade específica à epidemia. Ainda que a extensão de seu discurso tenha desagradado grande parte da platéia, ninguém cassou sua palavra que, mais do que posicionar sua religião como parceira para a contenção da aids, chamava a atenção para a particularidade de seus religiosos como vítimas do HIV. A reivindicação étnica a que se refere a literatura (MONTEIRO, 2006; GIUMBELLI, 2008) é óbvia para quem vê e intencionalmente buscada por estes religiosos. Ademais, enquanto os outros religiosos se misturavam em meio aos técnicos, gestores de saúde e acadêmicos presentes, os representantes da chamada matriz africana tomavam o salão com seus trajes brancos ou coloridos, contas e turbantes que enchiam o ambiente com seus barulhos e tamanhos.

Seguindo o curso dos acontecimentos, ao início da segunda tarde do evento a Dr. Vera Paiva¹⁸ apresentou uma conferencia que teve como ponto alto uma polêmica surgida na platéia. Chegado o momento do debate posterior à apresentação da palestrante, um homem de terno se levanta e reacende uma discussão que já havia sido, de algum modo, travada durante

¹⁸ Professora Doutora Vinculada ao Departamento de Psicologia Social do Instituto de Psicologia da USP, pesquisadora e militante de reconhecida trajetória na luta contra a epidemia de HIV e aids e coordenadora do campo São Paulo do projeto ‘Respostas Religiosas à AIDS no Brasil’.

as reuniões do GT. Ele se apresenta como um pastor da Igreja do Evangelho Quadrangular e propõe ao salão a seguinte inquietação: até que ponto o discurso militante em aids, “que patrulha até mesmo as palavras que usamos”, não confunde princípios com preconceito? O pastor com isto indicava querer participar da luta contra a epidemia, mas reclamava ser repellido a cada tentativa de se colocar neste espaço. A resposta a sua pergunta veio da própria platéia na voz de uma prostituta que também assistia ao evento. Segundo esta mulher, o que ocorre é que ela também sofre preconceito e patrulha das religiões e que se hoje os religiosos são repellidos é porque os soropositivos não estão ali para serem discriminados.

A solução ao impasse de haver estigma e preconceito abatendo-se sobre os dois lados da problemática foi proposta pela palestrante. O que ela indicou a ambos foi paciência e compreensão para que eles conseguissem trabalhar em conjunto em nome de uma resposta mais efetiva de combate à epidemia. Entendo este universo de luta contra a aids aqui representado pelo Seminário Aids e Religião como uma daquelas zonas fronteiriças das quais nos fala Ulf Hannerz (1997)¹⁹. Segundo este autor, é nos interstícios, nos espaços intermediários entre zonas culturais distintas e razoavelmente estáveis que há espaço para inovações e experiências. Em suas palavras “os *tricksters* prosperam nas zonas fronteiriças” (p. 29). Religiosos, militantes em aids e prestadores de serviço em saúde são obrigados a deslocamentos de sentido quando pretendem dialogar conjuntamente sobre os rumos que segue no Brasil a resposta à epidemia de HIV/aids.

Seguindo as idéias da antropóloga Claudia Fonseca (1999), podemos dizer que o que vimos naquela cena foi a palestrante colocando em novos termos a questão que recebia dos seus interlocutores. Enquanto o problema fosse colocado como preconceitos sofridos por indivíduos é difícil arbitrarmos sujeitos corretos ou enganados, ou mesmo pensar em desenlaces produtivos para aquele encontro. A solução encontrada foi recolocar a questão: não se tratava de nos defendermos *de* ou de acusar supostos promotores de violências, mas sim pensar conjuntamente um mais efetivo combate a epidemia. Talvez seja interessante pensar esse modo de ação com a ajuda da descrição do antropólogo como mediador; aquele que, por sua posição e treinamento em leitura de universos simbólicos diversos, pode promover o estabelecimento de pontes entre estes. Lembro-me de Clifford Geertz (2001), quando este nos apresenta a antropologia como uma disciplina “inimiga do etnocentrismo, do confinamento das pessoas em planetas culturais”, e de Ribeiro pensando a antropologia e

¹⁹ O autor analisa questões de etnicidade, mas pensamos aqui a viabilidade de seus procedimentos para pensar pertencimentos religiosos e identidades sexuais mediadas por uma doença.

“sua capacidade de identificar, interpretar e orquestrar uma multiplicidade de pontos de vista culturalmente diferenciados e propugnar por uma comunidade argumentativa democrática na qual todos tenham o mesmo poder de fala” (2003, p. 48).

Este pequeno embate entre o pastor evangélico e a prostituta pode ser pensado como bem representativo daquilo que se coloca em jogo quando o Estado se propõe a fomentar a inserção de denominações religiosas na luta contra a aids. Durante as reuniões do GT o que se chamou “questão dos evangélicos” já havia sido pensado; foram feitos convites a diversas religiões deste segmento, sendo que nenhum deles foi respondido positivamente. Ao longo das reuniões do GT fomos informados pela representante da Secção Estadual que um pastor a havia procurado solicitando uma lista contendo nomes de soropositivos cadastrados no banco de dados estadual, pois ele pretendia procurá-los para oferecer uma proposta de cura através de sua religião. Nesta situação o grupo chegou a um amplo consenso acerca dos limites para a participação religiosa em intervenções sobre a epidemia. “Os evangélicos” foram considerados ortodoxos demais em suas propostas e pouco abertos ao diálogo tanto com os movimentos já instituídos na luta contra a aids, quanto com outras matrizes religiosas. Os representantes da Seção Estadual optaram então por não insistir nos convites que já haviam sido negados e ali se definiu o perfil que se esperava das religiões para que elas participassem do GT: as matrizes religiosas teriam de estar dispostas a ceder frente aos conhecimentos produzidos cientificamente, sendo que pregar a ineficácia da camisinha e a cura de uma doença medicamente incurável são vistos como os principais entraves colocados por religiosos as ações de saúde em aids.

A tarde do segundo dia do evento foi composta também pela mesa intitulada “Fundamentos antropológicos do cuidado”, que tinha como debatedores um dos freis coordenadores da Casa Fonte Colombo e componente do GT, e dois acadêmicos; todos os três com longa trajetória na luta contra aids. Após esta mesa, em uma conversa enquanto nos encaminhávamos para a próxima atividade do seminário, o mesmo pastor que protagonizou o debate anterior com a prostituta compartilhou comigo mais um desconforto seu com relação ao evento; ele reclamava da posição de destaque que assumiam os freis da Casa Fonte Colombo e Pastoral da AIDS frente às demais lideranças religiosas no evento. Segundo o pastor, nenhuma religião teria legitimidade para chamar outras para alguma ação específica e que somente o Estado poderia e deveria se colocar em posição de autoridade naquele evento. A reclamação do pastor passa ainda a ter mais fundamento se pensarmos nela em conjunto com o fato de que durante as reuniões do Grupo de Trabalho se criou tacitamente uma idéia de núcleo fundamental do grupo; assim, pela densidade das contribuições propostas e

participação na organização do evento, as datas e horários das reuniões tentavam ser adequadas à disponibilidade dos freis, da equipe do projeto Respostas Religiosas, dos representantes das ONG/aids e RNP+, e dos representantes das políticas públicas de aids. De fato, os freis pela longa trajetória e relevância das ações que promovem no combate a epidemia assumiram, por diversos momentos, a posição de referência às demais religiões em se tratando de ações positivas incidindo sobre a epidemia.

Após esta mesa os participantes do seminário foram divididos segundo suas matrizes religiosas (ou profissão, no caso dos técnicos de saúde) a fim de que reagissem às seguintes colocações: 1) Quais são os elementos fundamentais na prática do cuidado de acordo com sua matriz / sua profissão; 2) Que desafios precisamos repensar e que limites precisamos superar; e 3) Contribuições para elaboração da Carta do Seminário.

Incitados a se dividirem segundo suas matrizes religiosas, novamente aqui se percebe o caráter situacional e indefinido da categoria utilizada. Havendo somente três indígenas representando o que ali era entendido como matriz religiosa indígena, em um pequeno tumulto pelos corredores do hotel algumas das lideranças da matriz africana argumentaram que os indígenas iriam se fundir com a matriz africana, isto sob o argumento de que suas demandas eram as mesmas e que os dois grupos se identificavam. Tal fusão, ainda que não tenha sido barrada pela organização do evento, não foi levada a cabo pela discordância final dos próprios indígenas em questão. Diferentemente do que as lideranças da matriz africana propuseram, as lideranças indígenas argumentaram querer organizar-se em um grupo distinto, reclamando assim reconhecimento específico de suas demandas e particularidades. Por outro lado, a matriz evangélica idealizada pela organização do evento e que se fracionou em diversas outras “matrizes” quando das inscrições no seminário, para este momento de debate e encaminhamentos propositivos voltou a se fundir sem maiores problemas para seus componentes.

Pode-se tirar disto a percepção do caráter dinâmico das fronteiras e identidades em jogo quando se pensa em “matriz religiosa” ou, mais amplamente, em religião; bem como da importância de se estar atento às configurações conjunturais que vão pautar a dinâmica religiosa em situações concretas. Reconhecer-se enquanto identificado ou distinto de outro grupo depende fundamentalmente das estratégias utilizadas para alcançar os objetivos propostos e mesmo das condições de possibilidade próprias do campo religioso.

O último dia do ‘1º Seminário Aids e Religião – RS’ foi marcado pela mesa intitulada “O papel de todas as instâncias sociais em uma resposta articulada em HIV/Aids”; e por um momento em que os participantes se distribuíram segundo as regiões em que habitam o estado

a fim de pensar a articulação inter-religiosa nestes locais. Tal momento frutificou nos diversos seminários municipais realizados posteriormente ao evento aqui narrado e seguindo as recomendações da sua carta final²⁰.

Após as apresentações da síntese das discussões realizadas em cada grupo, foi lida carta com os encaminhamentos do seminário e este foi oficialmente encerrado pelos representantes da Secretaria Estadual de Saúde.

2.3. AIDS E RELIGIÃO NO RIO GRANDE DO SUL TRÊS ANOS APÓS O SEMINÁRIO

Como dito pelo representante da RNP+RS, o evento que busquei narrar ao longo deste texto foi somente o primeiro passo de algo maior que se esperava construir. Para as pessoas vivendo com HIV e aids, o ‘1º Seminário de Aids e Religião’ pode ter soado como uma conciliação entre tradicionais adversários e justamente no sentido de melhorar suas condições de vida de uma maneira, como se chama nas políticas de saúde, integral.

Historicamente as religiões, pensadas em geral, são vistas como entraves ao avanço de discussões e de garantia de direitos quando o assunto envolve moralidade, sexualidade e, conseqüentemente, políticas públicas que necessariamente incidem sobre estes domínios. Seminários promovidos por secretarias de saúde visando construir ações em diálogo com posicionamentos religiosos podem ser entendidos como um grande avanço no sentido de quebrar com estigmas e barreiras consolidadas que atuam como impedidores de respostas mais positivas à epidemia. Buscamos a todo momento no Grupo de Trabalho incluir o maior número de religiões possível, considerando que justamente as de posições mais ortodoxas com relação à epidemia de aids eram aquelas que mais precisavam ser acessadas pelas políticas públicas.

Durante os três dias em que foi realizado o ‘1º Seminário Aids e Religião – RS’, gestores de políticas de saúde, movimento social de luta contra a epidemia e de pessoas vivendo com HIV/aids, acadêmicos que pensam e incidem sobre a epidemia e lideranças de diversas religiões construíram em conjunto um diagnóstico do que percebiam como a atual situação das conexões entre aids e religião no estado e concretizaram, a partir disto, na carta de encerramento do evento, suas propostas para a incidência sobre esta realidade.

²⁰ A carta final do evento encontra-se reproduzida ao final desta monografia como Anexo B.

De maneira geral, como posto na carta, o seminário pautou como referência às ações a construção de uma resposta à aids inclusiva e solidária, entendendo por isto que ela deve sempre estar aberta ao diálogo com os diversos agentes e instituições interessados em contribuir, ainda que na medida de suas possibilidades, com o combate a epidemia, entendido de maneira ampla e não somente como contenção da disseminação de seu vírus causador. Tendo como base a carta do evento, três anos após sua realização algumas ações podem ser apontadas como seus desdobramentos, assim como ele próprio pôde ser apontado como nascido do '1º Seminário Nacional de AIDS e Religião' realizado em Brasília no ano de 2006.

Do conjunto de propostas da carta, pode-se dizer que duas delas somente chegaram a ser, de algum modo, concretizadas. Assim, foram realizados ao longo dos anos 2009 e 2010 pelo menos cinco seminários municipais e regionais pelo interior do estado envolvendo os temas propostos; sendo eles, talvez, resultado direto do momento no seminário dedicado a colocar em diálogo os participantes segundo as macro-regiões de gestão de saúde a que seus municípios responderiam. Neste momento puderam-se criar vínculos e identificações entre sujeitos atuantes na mesma região e interessados na temática abordada.

Particularmente, a equipe do campo Porto Alegre do projeto Respostas Religiosas pôde participar ativamente do evento regional realizado na cidade de Charqueadas, o qual, a meu ver, cumpriu com as expectativas expressas na carta final do evento em Porto Alegre ao mesmo tempo em que nos propõem ainda mais questões para pensar a relação entre religião, aids e políticas públicas. Realizado em uma região com índices alarmantes de incidência do HIV/aids, o seminário em Charqueadas apresentou algumas particularidades com relação ao evento estadual do ano anterior, sendo elas referentes, fundamentalmente, ao cenário diverso em que se conformou o evento quanto aos grupos religiosos participantes e seu perfil. Enquanto em Porto Alegre pode-se dizer que grande parte dos religiosos participantes já possuíam algum interesse pela temática ou mesmo ações de incidência sobre a epidemia e atuavam como articuladores políticos em seus próprios círculos, em Charqueadas o que se via eram religiosos com pouca ou nenhuma informação sobre aids. Contrastivamente, também, está a grande participação de evangélicos e espíritas ao evento regional, enquanto que no seminário maior realizado em Porto Alegre estes grupos formavam uma clara minoria.

Atentar para estas particularidades nos lembra da importância de se pensar as relações entre religião e Estado a partir das configurações que se constroem em situações concretas, devendo o foco de análise recair sobre as dinâmicas que situam agentes, pautam relações e conformam limites para as conexões entre estas esferas pensadas enquanto idealmente distintas.

O seminário estadual redundou ainda em dois desdobramentos além dos eventos regionais citados, ambos protagonizados pela matriz africana, e sobre eles vale atentar com mais vagar. Fazendo-se presente junto do Grupo de Trabalho através de duas associações distintas – ASSOBECATY e CEDRAB –, ao longo de 2009 cada um destes grupos seguiu rumos distintos no sentido de dar continuidade aos trabalhos propostos pelo seminário. Imediatamente após o Seminário AIDS e Religião, a Seção de DST/aids foi procurada pelas lideranças do CEDRAB com a demanda de que fosse realizado, no ano seguinte, um evento nos mesmos moldes centrado especificamente nas religiões de matriz africana. Assim, ao longo de 2009, o que restava do Grupo de Trabalho que se reuniu no ano anterior – visto que vários dos componentes deixaram de participar com a realização evento -, contando com uma participação mais ativa dos representantes da matriz africana, organizaram, também em parceria com a Seção Estadual, o ‘1º Encontro Estadual sobre Aids e Religião de Afro-brasileira: um caminho para a conscientização’. Por seu lado a ASSOBECATY, contando com uma rede mais articulada na região metropolitana de Porto Alegre e interior do estado, organizou uma série de encontros em terreiros e casa de religião visando sensibilizar lideranças para a importância da luta contra a aids e mesmo construir uma base para o diálogo e a ação sobre a epidemia a partir destes lugares.

Alguns pontos merecem destaque nestas ações que tem como atores centrais as lideranças da matriz africana. O primeiro é o fato de esta ter sido a única matriz a ter realmente respondido às propostas feitas no seminário e iniciado a partir dele ações buscando incidir sobre a epidemia. Talvez isto possa ser reflexo do fato de esta ser a única matriz que se colocou no seminário como interessada em proteger a própria população do avanço da epidemia, mas também decorrer de as lideranças da matriz africana serem também, muitas vezes, lideranças articuladas com o movimento negro e ativas politicamente no sentido de conseguir, cada vez mais, ocupar espaços e ganhar visibilidade nas políticas e espaços públicos.

Outro ponto interessante de se notar é o impacto que as orientações da carta do seminário e sua organização tiveram sobre o ambiente político interno a esta matriz religiosa. Trabalhar em parceria com as políticas públicas é também, mais do que simplesmente responder a epidemia, acessar recursos financeiros para atividades em sua matriz religiosa, como também se construir enquanto liderança na mesma. Assim, duas linhas de ação distintas foram tomadas, cada qual com suas possíveis repercussões no universo deste segmento religioso. Quando o CEDRAB propôs ao governo do estado, digamos assim, por fora das

discussões do GT, a demanda por um seminário específico ao seu segmento, chamou para si politicamente a iniciativa sobre tal empreitada, tendo uma incidência mais forte na capital do estado e certamente consolidando a autoridade política das suas lideranças. Por outro lado, a ASSOBECATY, estando mais estruturada na região metropolitana e interior, trabalhou em diálogo com secretarias municipais de saúde e também, certamente, construiu suas lideranças enquanto referências no combate a aids no âmbito da matriz africana nestes municípios e regiões.

As orientações do seminário estadual de aids e religião tiveram assim claras incidências sobre as dinâmicas internas ao campo religioso afro-brasileiro. Duas representações distintas desse segmento se apropriaram das propostas do evento e as mobilizaram no sentido de se legitimarem enquanto lideranças neste universo religioso. Em ambos os casos este movimento simultâneo de construção de resposta à aids e legitimação político-religiosa se deu através de distintas articulações com o poder público e acesso a recursos provindos dele. Políticas públicas de aids concretizam-se, assim, absolutamente imbricadas nas políticas e construções internas ao cenário religioso afro-brasileiro, conformando parâmetros e abrindo linhas possíveis de ação.

As demais propostas da carta final do '1º Seminário AIDS e Religião' não foram levadas a cabo e, atualmente, segue a discussão sobre a possibilidade de reestruturação do Grupo de Trabalho, com seus desdobramentos ainda por serem construídos e pensados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Busquei ao longo deste texto apresentar, através da narrativa de um evento sobre aids e religião, como se dá na prática o estabelecimento de limites e parâmetros para a inserção de grupos religiosos no espaço público, e mesmo para o estabelecimento de parcerias destes com o poder público; isto seguindo a perspectiva teórica proposta por Emerson Giumbelli (2002, 2004, 2008) em que se passa a pensar a relação entre Estado e religião não a partir do paradigma da laicidade, que pressupõem a compartimentação do mundo em esferas distintas e independentes, mas a partir da idéia de *regulação do religioso*, sendo os ideais de laicidade como construídos tradicionalmente uma modalidade de se efetivar e conceber esta regulação.

Dentro desta perspectiva busquei mostrar como a construção de certas políticas públicas de aids acaba por, simultaneamente, pautar as dinâmicas das inserções do religioso no espaço público, e mesmo das possibilidades de colaboração entre Estado e grupos religiosos. Amplamente, esta construção da regulação do religioso a partir de uma política de aids acaba por se refletir no universo mais geral das relações entre grupos religiosos, como podemos perceber ao vermos os impactos do '1º Seminário Aids e Religião' sobre a política interna à matriz africana.

Vemos assim como as dinâmicas próprias do campo religioso não existem enquanto um sistema fechado em si, mas estão sujeitas a influências e mesmo se constroem conjuntamente com outros âmbitos da vida pública. Percebemos ao longo do texto de que modo orientações gerais da ONU sobre a importância de se ter em conta posicionamentos religiosos para a luta contra a epidemia descem em efeito cascata sobre as políticas do Departamento Nacional de Aids criando a possibilidade e o interesse no financiamento público de ações providas de instituições religiosas, como o caso da Pastoral da AIDS da CNBB e da ONG Casa Fonte Colombo. O efeito cascata segue ainda níveis abaixo construindo a resposta à aids e incidindo sobre o universo religioso na medida em que o Seminário Nacional realizado em 2006 redundou no Seminário Estadual realizado em 2008 e este, por sua vez, gerou, nos anos seguintes, seminários regionais e municipais por todo o Rio Grande do Sul; em todos estes estágios podendo ser pensados impactos sobre o cenário religioso local.

Neste sentido, percebemos também ao longo do texto uma certa circularidade no processo de não reconhecimento público de grupos que buscam legitimidade enquanto religiosos. Religiões de pouca projeção social não logram ser reconhecidas enquanto tal e

assim ficam de fora das políticas públicas que tentam dialogar com grupos religiosos; não acessando estes espaços, seguem à margem da cena pública, retornando ao ponto inicial.

Vemos assim o caráter dinâmico das relações e construções mútuas que se dão entre políticas públicas e grupos religiosos, cabendo ao Estado a consciência sobre os efeitos de suas políticas sobre o universo religioso para que, neste processo, atue de modo a garantir as mais plenas liberdades – de consciência, de crença, de associação, de vivência da sexualidade, etc. - e as mais horizontais relações no espaço público.

Grande parte da dificuldade enfrentada ao longo da problematização e escrita da presente monografia se refere aos modos de retratar como se dava a aproximação que se percebia entre Estado e Igreja Católica. O caso é que mesmo em um processo de amplo chamamento aos diversos grupos religiosos que se conseguiu mapear no estado, ainda assim os representantes da *matriz católica* e a instituição que representavam pareciam em tudo se sobrepôr às demais religiões e se afinarem à proposta das políticas públicas em diversos níveis. Eram estes os religiosos que melhor operavam nos termos da burocracia estatal; os que mais se aproximavam enquanto grupo do ideal de religião como imaginado pelo gestor da política pública; os que mais facilmente conseguimos imaginar ocupando vagas profissionais nos quadros do funcionariado públicas – e o inverso também é verdadeiro, considerando gestores que facilmente podem ser confundidos com religiosos deste segmento. Ora, mostrar que um evento ocorre em toda parte não chega a ser uma explicação sobre este fenômeno. Segue, portanto, esta questão em aberto, aguardando por perspectivas que dêem conta de expressar aproximações e distanciamentos que parecem ocorrer como que intrinsecamente aos fenômenos.

Encerro assim esta monografia, na esperança de ter caminhado no debate acerca das presenças do religioso no espaço público e contribuído, simultaneamente, com a construção de políticas mais efetivas de combate à epidemia de HIV/aids sempre comprometidas com a defesa das mais amplas liberdades e direitos.

REFERÊNCIAS

EMIL, Luana Rosado; SEFFNER, Fernando; STEIL, Carlos. Dinâmicas entre catolicismo e AIDS: processos de reprodução, transformação e (in)formação. *RECIIS. Revista eletrônica de comunicação, informação & inovação em saúde*, Rio de Janeiro, v. 5, p. 53-71, 2010.

FONSECA, Claudia & CARDARELLI, Andrea. “Os Direitos dos Mais e Menos Humanos”. In: *Horizontes Antropológicos*. Porto alegre, ano 5, n. 10, p. 83-121, 1999.

GALVÃO, Jane. *AIDS no Brasil: a agenda de construção de uma epidemia*. São Paulo: Editora 34, 2000.

GEERTZ, Clifford. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In: *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: LTC, p. 13-41. 1989.

_____. *Nova Luz Sobre a Antropologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 2001.

GIUMBELLI, Emerson. *O fim da religião: dilemas da liberdade religiosa no Brasil e na França*. São Paulo, Attar/Pronex, 2002.

_____. Religião, Estado e Modernidade: notas a propósito de fatos provisórios. In: *Estudos Avançados*, vol.18, n. 52, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142004000300005&script=sci_arttext>. Último acesso em 06 dez. 2011.

_____. A presença do religioso no espaço público: modalidades no Brasil. In: *Religião e Sociedade*. Rio de Janeiro, Vol. 28, n. 2, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-85872008000200005>. Último acesso em 06 dez. 2011.

_____. *Religião e Espaço Público em Três Situações no Brasil*. Projeto apresentado para solicitação de Bolsa de Produtividade do CNPq, mimeo., 2009.

GOMES, Edlaine; NATIVIDADE, Marcelo; MENEZES, Rachel. Proposições de leis e valores religiosos: controvérsias no espaço público. In: DUARTE, L.F.D. *Et al.* (Org): *VALORES RELIGIOSOS E LEGISLAÇÃO NO BRASIL: A tramitação de projetos de lei sobre temas morais controversos*. Rio de Janeiro, Garamond, 2009.

GLUCKMAN, Max. O material etnográfico na antropologia social inglesa. In: ZALUAR, Alba (Org) *Desvendando Mascaras Sociais*. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves Editora S.A. 1990.

HANNERZ, Ulf. Fluxos, Fronteiras, Híbridos: palavras-chave da antropologia transnacional. In: *Mana*, 3(1): 7-39, 1997. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/mana/v3n1/2454.pdf>>. Último acesso em 06 dez. 2011.

LEAL, Andréa. “No peito e na raça”: *A construção da vulnerabilidade de caminhoneiros: um estudo antropológico de políticas públicas para HIV/AIDS no Sul do Brasil*. 2008. 325 f.

Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

MARQUES, Maria Cristina. Saúde e poder: a emergência política da Aids/HIV no Brasil. In: *História, Ciências, Saúde*. Manguinhos, vol. 9 (suplemento): 41-65, 2002. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v9s0/02.pdf>>. Último acesso em 06 dez. 2011.

MONTERO, Paula. Religião, pluralismo e esfera pública no Brasil. In: *Novos Estudos CEBRAP*, n. 74, p. 47-65. 2006. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/nec/n74/29639.pdf>>. Último acesso em 06 dez. 2011.

PARKER, Richard Guy. Introdução. In: _____ (Org.). *Políticas, instituições e AIDS: Enfrentando a epidemia no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.: ABIA, p. 7-16, 1997.

RIBEIRO, Gustavo Lins. Cultura, Direitos Humanos e Poder: mais além do império dos humanos direitos. Por um universalismo heteroglóssico. *Série Antropologia*, Brasília, 2003.

THIOLLENT, Michel. *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária*. São Paulo: Editora Polis, p. 79-99, 1980.

TREICHLER, Paula. AIDS, Homophobia and Biomedical Discourse: An Epidemic of Significations. In: FISKE, John. (Org). *Cultural Studies*. London: Routledge, p. 263-305. 1987.

VELHO, Otávio. Antropologia da Religião em Tempos de Globalização. In: VELHO, Otávio. *Mais Realistas Que o Rei: ocidentalismo, religião e modernidades alternativas*. Rio de Janeiro, Topbooks, 2007.

ANEXO A – Programação final do ‘1º Seminário Aids e Religião’ como definida em 28/10/2008

SEMINÁRIO AIDS E RELIGIÃO RS

Quatro eixos:

- 1) Práticas bem-sucedidas em ações de prevenção e assistência (HIV/Aids);
- 2) A importância da formação de multiplicadores entre as pessoas vinculadas às diferentes matrizes;
- 3) A elaboração e distribuição de material informativo que, fornecendo informações corretas sobre HIV/Aids, contemple as peculiaridades de cada matriz religiosa;
- 4) A implementação de redes de solidariedade voltadas para as pessoas que vivem com HIV/Aids (PVHA) pelas matrizes religiosas.

PROGRAMAÇÃO EQUIPE COORDENAÇÃO

Quarta-feira 29/10/08

16:00 Credenciamento

18:30 Solenidade de Abertura (3 min. cada)

1. Sr. Eduardo Barbosa – representante do Programa Nacional de DST e Aids – Ministério da Saúde
2. Dr. Francisco Bastos – Diretor do Departamento das Ações em Saúde RS
3. Sra. Wilma Piedade e/ou Sr. Renato Ferreira - Representantes da Matriz Africana
4. Frei Luiz Carlos Lunardi – Assessor Nacional da Pastoral da Aids da Igreja Católica
5. Pastor Mauro Souza - Representante da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil
6. Sr. Zaqueu - Liderança Indígena Kaingang
7. Sr. Ronaldo Weisheimer - Representante Sociedade Beneficente Espírita Bezerra de Menezes
8. Sr. José Hélio de Freitas - Representante das Pessoas Vivendo com HIV e Aids do Rio Grande do Sul

19:30 Conferência “A espiritualidade frente a epidemia de HIV/Aids e a integralidade no cuidado (prevenção, atenção e tratamento)” Veriano Terto – Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids

21:00 Jantar para todos os participantes da Conferência

Quinta-feira 30/10/08

08:30 Acolhida

09:00 Paineis: Aids hoje (15 min. Cada + 15 min. Perguntas e respostas)

- Moderador: Dr. Francisco Bastos - Departamento das Ações em Saúde do Rio Grande do Sul
- Dra. Maria Letícia Ikeda - Representante da Seção de DST/Aids RS
Realidade da epidemia no RS e ações do Estado frente a epidemia
- Sr. Rubens Raffo – representante do Fórum de Ong Aids RS
- Sr. José Hélio de Freitas - Representante das Pessoas Vivendo com HIV e Aids do Rio Grande do Sul

10:00 Visões das diferentes matrizes religiosas frente a Aids (15 min. cada + 15min. Perguntas e respostas)

- Moderador: Comissão Estadual DST/Aids
- Sra. Wilma Piedade - Representante da Matriz Africana
- Frei Luiz Carlos Lunardi, Assessor Nacional da Pastoral da Aids da Igreja Católica

10:45 Intervalo

11:15 Continuação Visões das diferentes matrizes religiosas frente a Aids
(15 min. Cada + 15 min. Perguntas e respostas)

- 1 moderadora: Mãe Carmem

- Pastor Marcos Aurélio de Oliveira - Representante da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil
- Sr. Zaqueu - Liderança Indígena Kaingang
- Sr. Nelson Morroni – Matriz Budista

12:30 Almoço

14:00 Conferência: Relato experiência GT Aids e Religião São Paulo – Avanços e Dificuldades – Sra. Vera Paiva

(30 min. Cada + 30 min. Perguntas e respostas)

- Moderador: Frei José Bernardi

15:00 Painei: Fundamentos antropológicos do cuidado

(30 min. Cada + 20 min. Perguntas e respostas)

- Moderador: Fernando Seffner - ABIA
 - 3 debatedores (30 min.)
- Sugestões: Dr. Raldo Bonifácio

Dra. Nêmora Barcellos

Frei Luiz Carlos Susin

16:50 Orientações GT – Frei José Bernardi e Fernando Seffner

17:00 Intervalo

17:30 Grupos de trabalho por matriz religiosa e técnicos

- Responsável: Frei José Bernardi e Fernando Seffner

GRUPO 1 – Matriz Católica(19)

GRUPO 2 – Matriz Africana(6)

GRUPO 3 – Matriz Luterana(11)

GRUPO 4 – Matriz Indígena

GRUPO 5 – Matriz Misto(18): Universal(2), Cristã(2), Jesus Cristo dos Últimos Dias(1), Evangélica(4), Espírita(3), Anglicana(3), Judaica(2), Santa Isabel da Hungria(1)

GRUPO 6 – Ongs, sociedade, participantes sem religião específica (25)

GRUPO 7 – Técnicos(26)

- 1) Quais são os elementos fundamentais na prática do cuidado de acordo com sua matriz / sua profissão?
- 2) Que desafios precisamos repensar e que limites precisamos superar?
- 3) Contribuições para elaboração da Carta do Seminário

18:30 Plenária (5 min. cada grupo)

Pontuações e considerações – Frei José Bernardi e Fernando Seffner (10min. Cada)

19:30 Jantar para todos os participantes

Sexta 31/10/08

08:30 Acolhida

09:00 Mesa: O papel de todas as instâncias sociais em uma resposta articulada em HIV/Aids (15 min. Cada + 15 min. Perguntas e respostas)

- Representante da COGE – Sra. Sandra Catarina Rolim Gomes
- Representante do PN Aids - Eduardo Barbosa
- Representante do Conselho Estadual de Saúde – Carlos Duarte
- Moderadora: Márcia Leão - Fórum Ong/Aids RS

10:00 Orientações para GT – Frei José Bernardi e Fernando Seffner

10:15 intervalo

10:45 Grupos de trabalho mistos por macro-região

Responsável: Frei José Bernardi, Fernando Seffner e Sandra Bueno

- 1) Como fortalecer a rede inter-religiosa no RS?
- 2) Que ações podemos integrar?

12:00 Almoço

13:30 Plenária com resultado dos grupos de trabalho e propostas de trabalho: Karen Bruck e Letícia Ikeda (5min. Para cada grupo + 10min. para pontuações finais)

15:00 Leitura e aprovação da Carta do I Seminário Aids e Religião RS – Frei José Bernardi e Márcia Leão

16:00 Encerramento e agradecimentos – Tania Figueiró, Coordenadora da Seção de DST/Aids RS

ANEXO B – Carta elaborada ao final do ‘1º Seminário Aids e Religião do Rio Grande do Sul’

Carta de Porto Alegre

Reunidos(as) em Porto Alegre, em outubro de 2008, no 1º Seminário Aids e Religião do Rio Grande do Sul, promovido pela Seção de Controle das DST/Aids da Secretaria de Saúde do Estado,

NÓS

Integrantes de diversas matrizes religiosas;

NÓS

Profissionais de saúde;

NÓS

Ativistas das organizações não governamentais de luta contra a aids;

NÓS

Pessoas vivendo com HIV/Aids;

SAUDAMOS esta iniciativa, com três dias de estudos e debates que nos mostraram desafios e caminhos a seguir na construção de respostas das religiões à aids, buscando sintonia entre os valores das tradições religiosas e os princípios que orientam a política pública de saúde, em especial os princípios do Sistema Único de Saúde - SUS.

EM COMUM ACORDO, anotamos aqui o que foi por todos nós aceito como passos importantes para construir uma resposta à aids inclusiva e solidária:

AMPLIAR os canais de diálogo respeitoso entre as tradições religiosas, os(as) profissionais de saúde pública, os(as) integrantes das ONGS/aids e as pessoas vivendo com HIV/aids na promoção do cuidado integral ao(a) portador(a) do HIV/aids.

CONSTRUIR estratégias de prevenção à aids dirigidas a toda a sociedade e a grupos vulneráveis específicos, a partir dos valores de cada tradição religiosa, dos princípios dos direitos humanos e dos conhecimentos científicos disponíveis.

PROMOVER momentos de formação e estudo acerca da aids, da sexualidade e estruturação do SUS, reunindo representantes das diversas matrizes religiosas, dos(das) profissionais de saúde, das ONGS/aids e das pessoas vivendo com HIV/aids, que permitam maior capacitação para o enfrentamento da epidemia.

FORMAR agentes multiplicadores entre as pessoas vinculadas às diferentes matrizes religiosas.

ELABORAR materiais que abordem a questão da aids em linguagem apropriada a cada tradição religiosa.

NOS COMPROMETEMOS firmemente a sensibilizar os membros das nossas tradições religiosas, nossos(as) colegas profissionais de saúde, nossos(as) companheiros(as) das ONGS/aids e pessoas vivendo com HIV/aids para a importância das questões de ordem espiritual e do pertencimento religioso na prevenção e no cuidado ao portador do HIV/aids.

DE MODO PRÁTICO E CONCRETO, consideramos fundamental:

1) a criação, a partir da comissão organizadora deste Seminário, de um grupo de trabalho Aids e Religião, com participação de representantes das matrizes religiosas, dos gestores(as) de saúde, das ONGS/aids e das pessoas vivendo com HIV/aids.

2) a estruturação de uma rede estadual de pessoas e instituições engajadas na construção do diálogo inter-religioso acerca da aids e dos temas ligados à sexualidade.

- 3) a realização de eventos no tema aids e religiões em municípios pólo do Rio Grande do Sul, ao longo do ano de 2009.
- 4) a realização do 2º Seminário Aids e Religião do Rio Grande do Sul no ano de 2010.
- 5) a publicação do conjunto das contribuições e reflexões por nós elaboradas neste Seminário.
- 6) a inclusão de ações e metas que dêem conta do tema Aids e Religião nos planejamentos de municípios e do Estado do Rio Grande do Sul, com o apoio do PNDSTAIDS.
- 7) o mapeamento das ações que as diversas matrizes religiosas já estão realizando no estado do Rio Grande do Sul na prevenção e no apoio ao indivíduo com HIV/AIDS.

MAIS importante do que nossas diferenças de crença e de tradição religiosa, afirmamos que nos une a luta em favor da qualidade de vida para todas as pessoas.

REAFIRMAMOS que

A VIDA É MAIS FORTE QUE A AIDS.

DECIDIMOS encaminhar a presente carta ao Conselho Estadual de Saúde do Rio Grande do Sul, para que pautar o tema da importância das diversas matrizes religiosas nas políticas de saúde, em uma de suas reuniões. Estimulamos que em cada município, do mesmo modo, se possa discutir o tema nos conselhos locais e junto aos gestores.

Seguem as assinaturas de pessoas e instituições.